



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10430 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

A ESCOLA BUSCANDO SER DEMOCRÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE:
POLÍTICAS CURRICULARES SOB RASURA

Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

A ESCOLA BUSCANDO SER DEMOCRÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE: POLÍTICAS CURRICULARES SOB RASURA

RESUMO

Esse texto pretende apresentar algumas das problematizações desenvolvidas na minha tese de doutorado em Educação. Não busco apresentar achados da pesquisa, mas sim traçar grifos às tramas políticas ensejadas em meio às disputas pela hegemonização de sentidos de docência e de currículo que participam da cadeia de definição de 'escola democrática', destacando como esses enfrentamentos pelos sentidos de escola democrática – e formulados no seio de variados grupos sociais, tais como setores religiosos, militares, partidos políticos e movimentos sociais organizados - têm sido reconfiguradas no interior de uma escola. Análises de pesquisa que reiteram as nossas posturas epistêmicas, sob a lente teórica da discursividade, ao pensar a indecibilidade e incompletude das hegemonizações no/do social, mais particularmente no que concerne às fixações de sentidos de democracia e de escola democrática. A empiria da pesquisa foi produzida a partir de análise documental, de questionários online e de transcrições de falas ocorridas em uma roda de conversa com professores e estudantes de escolas públicas e privadas, situadas nos estados da Bahia e de Pernambuco. Análises sobre tentativas de controle das políticas curriculares, na perspectiva de sua unilaterilização e que revelam as resistências que as práticas sociais nessas escolas fazem emergir em meio a uma escola buscando-se democrática, imersa à instabilidade de um talvez (LOPES, 2018). **Palavras-chaves:** Discursividade. Docência. Escola democrática. Hegemonização impossível. Políticas curriculares.

Da tecitura do texto: situando a discussão proposta para o debate

O pesquisador envolve-se na pesquisa de uma forma que ele próprio se transforma. Nesse sentido, a pesquisa em educação se caracteriza por um trabalho do pesquisador sobre si. Uma pesquisa é educacional porque coloca em questão, primeiramente, o próprio pesquisador. Kohan, Walter Omar, 2017.

Opero nesse texto com a mesma pretensão de minha tese, de não somente explicitar as motivações pessoais, os objetivos e as interlocuções teórico-metodológicas da pesquisa em tela, mas também, e principalmente, evidenciar as apostas políticas que subsidiam esse texto.

Com efeito, evidencio uma intenção militante de defesa e de um elogio da escola

(MASSCHELEIN, 2013 & LARROSA, 2017), sobretudo das escolas públicas, em face das diversas tentativas de desescolarização como política curricular e de desprofissionalização docente (FREITAS FILHO, 2019), no contexto contemporâneo, à luz de interpelações fomentadas por demandas políticas de projetos como o Escola sem Partido, militarização de escolas públicas (escolas cívico-militares), Homeschooling/Educação Domiciliar, entre outros.

O meu processo de doutoramento se inicia em 2017, sendo atravessado, portanto, pela reforma do Ensino Médio (2018), pela publicação da Base Nacional Curricular Comum/BNCC (2018) e pelas investidas mais incisivas por parte dos projetos supracitados. Logo, reendosso uma opção de pensar o texto em questão com um propósito também militante, no intento de contribuir com a transformação social (LOPES, 2017) e, sobretudo, afinado com a citação acima, por acreditar na transformação de mim mesmo enquanto sujeito político e pesquisador.

A aposta em um propósito militante desta tese, a enunciação dessa finalidade e, particularmente, sua defesa, não implicam em uma forma pretensiosa ou anárquica de “salvar o mundo”. Trata-se de uma tensa tentativa por alternativas provisórias de mudanças e transformações sociais em meio a atos de poder, no campo educacional. Essa é uma postura que demarca não somente a perspectiva teórica a ser utilizada, mas, principalmente, a ‘forma como adentro no debate político’.

Por militância no campo da pesquisa em Educação, em diálogo com Veiga-Neto (2012), entendo os atos de ativismo como um agir sem engessamentos propostos por *actio militaris*, ou seja, disciplinamentos, repetição de normas e limitações ideológicas. Refiro-me a um atuar em função da ordem da liberdade, da contraconduta e da diferença. Uma militância daquele que

“ (...) se tortura permanentemente, sempre tentando mudar a si mesmo e, ao mesmo tempo, tentando promover a mudança nos outros. Se concordarmos com Foucault (2004, p. 295), para quem “o papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas”, então o militante é, de certa maneira e em alguma medida, também um intelectual. (VEIGA-NETO, 2012, p. 274).

Esse meu posicionamento vai igualmente ao encontro das ideias defendidas por Lopes (2017), quando essa autora problematiza a noção de militância percebida como “o processo de tentar transformar o social por determinadas ações e linguagens, de forma articulada.” (LOPES, 2017, p. 109-110). Como ela mesma afirma sobre o ato de militar:

“O processo de tentar transformar o social por determinadas ações e linguagens, de forma articulada. Em contraste com os usos mais correntes desse significante, não defendo um ideal político-social previamente construído, no sentido de pré-escrever (prescrever) como o futuro da sociedade deve ser. Na teorização que proponho, toda e qualquer projeto é decorrente de negociações contingentes. (LOPES, 2017, p. 109-110).

Quando exponho inquietações existentes ao longo do processo de doutoramento, não estou afirmando que não existiam interpelações à escola pública em tempos anteriores, inclusive, na perspectiva de controle das políticas curriculares e das práticas docentes. Afinal, diversos estudos teóricos se voltaram a refletir a escola como aparelho ideológico e espaço de disputa para dominação e controle, assim como para pensar as disputas pelo currículo escolar – a destacar os estudos de autores como Althusser (1971), estudos marxistas e aqueles de investidas teóricas do campo da Teoria Crítica para pensar currículo, entre outros estudos -.

Entretanto, demarco nesse texto/na tese o contexto da prática curricular contemporânea, da escola brasileira das 2 (duas) últimas décadas, em que investidas e ameaças de interdição têm ocorrido, cotidianamente, por parte de grupos políticos distintos, e que apresentam demandas e/ou exigências peculiares na perspectiva de disputar a escola, fixando sentido sobre o que entendem e defendem por escola democrática, a partir do pretenso controle do currículo e das práticas docentes.

São investidas que apresentam especificidades/particularidades no contexto do tempo em curso, na medida em que refletimos sobre projetos de lei que visam definir *o que ensinar e como ensinar*.

As demandas políticas, no cenário atual, geralmente têm sido acompanhadas por intimidações distintas, com ameaças de, por exemplo, imputar multas a professores ou restringir suas liberdades de cátedra com advertências de exoneração/demissão ou por meio de um controle e restrição às aquisições de materiais didáticos relacionados aos debates sobre direitos humanos, tal qual com ameaças de filmagens de aula de professor por parte de alunos, por parte de pais e mães e membros da comunidade escolar diversos ou a partir da ampliação de discursos que defendem a militarização de escolas públicas, entre outras questões. É nessa perspectiva que se deu o percurso de minha tese. Inscrita no campo de estudos curriculares, onde desenvolvemos estudos no campo do pós-estruturalismo e, principalmente, à luz dos estudos da Teoria do Discurso/TD proposta por Laclau e Mouffe (1985) e dos estudos pós-fundacionais.

Reflico sobre disputas pela significação no jogo da definição, também afirmando que opero com um quadro teórico que ‘desconfia’ do acabamento das práticas discursivas no social, que reflete sobre o im-possível ‘derridariano’ e sobre os desequilíbrios envolvidos na relação com o presente (LOPES, 2018) e, dessa forma, evidenciar reflexões sobre colapsos e/ou crises que se inscrevem no interior dos espaços, inclusive nos escolares, com interpelações aos sujeitos da educação, sobretudo aos professores, mas que em contrapartida reiteram a existência de práticas de resistências por partes desses mesmos sujeitos, uma vez que toda prática social é uma prática de significação e, dessa forma, implica em perceber que o social deve ser compreendido a partir de lógicas discursivas, e “essas lógicas devem ser analisadas a partir da ideia de discursos em luta, de discursos antagônicos”. (MENDONÇA, p 207, 2012).

Pensar a possibilidade de crises dos espaços educacionais, sobretudo dos sujeitos que se inscrevem nesses espaços, evidencia a potência de se compreender essa crise como abertura ou fissura que permite a passagem de outras formas possíveis de se vivenciar o ensino-aprendizagem. Performances outras de vivenciar a escola na busca por um sentido de escola democrática (e inalcançável), em meio ao que é e sempre será precário e inconcluso, uma vez que esse sentido de democracia tem estreita ligação com contingências.

Ou seja, expressar essa tensão contínua entre permanência e mudança implica na ideia de entender que esses grupos, que interpelam uma escola, se enfrentam para ocupar espaços de forma provisória e/ou impermanente, mesmo que busquem se manter hegemônicos de maneira duradoura.

Em vista dessa breve discussão supracitada e a partir de minha tese de doutorado, esse texto se pretende pós-estrutural e pós-fundacional, para se voltar à análise sobre os processos de significação de 'escola democrática' em meio às interpelações políticas às escolas brasileiras contemporâneas oriundas de disputas entre demandas políticas diversas formuladas no seio de variados grupos sociais, tais como movimentos sociais organizados, partidos políticos, setores empresariais, grupos religiosos, militares etc.

Interessou-me, particularmente, explorar essa discussão a partir do enfoque sobre as lutas pela significação de termos como docência e currículo colocados hoje ‘sob rasura’, quando me refiro às disputas contemporâneas pela fixação hegemônica de um sentido particular de escola democrática. Nesse sentido, propus investigar as possibilidades de que múltiplas demandas políticas tensionam e apostam em sentidos que se compreendem como incontornáveis para a estabilização do significante ‘escola democrática’, envidando esforços voltados ao controle do currículo escolar e do exercício da docência.

Dito isso, destaco o percurso metodológico da tese e que subsidia as reflexões desse texto. Um caminho teórico para esmiuçar discursos, observar e fazer leituras dos diversos fenômenos, repertórios discursivos ou situações comunicativas, a partir da produção empírica obtida por pesquisa remota com professores e estudantes de uma escola privada religiosa, de uma escola pública recém militarizada, outra privada com ensino integral e uma escola pública quilombola dos estados da Bahia e de Pernambuco, por meio de análise documental, de aplicação de questionários e com uma roda de conversa com professores sob forma também remota.

Destaco que, devido ao início do isolamento social resultante da pandemia da COVID19, em março de 2020 – perdurando até então- as escolas públicas e privadas estão ofertando aulas sob forma não-presencial, o que inviabilizou o planejado em nosso doutoramento que foi um estudo de imersão, por meio de um diário etnográfico, no cotidiano das escolas previstas para pesquisa de campo.

Outra questão relevante, pertinente ao momento pandêmico, e que de certa forma atravessou o processo de escrita da tese (2020-2021) -e desse texto- diz respeito ao modo como pensarei o significante escola no debate, a escola como metáfora, a escola para além do espaço físico, pensando-se processos de escolarização. Demarco, como uma discussão potente para o debate a que se propõe esse texto, sobre o que estou me referindo quando aponto a categoria escola democrática, tendo a análise empírica como endosso teórico.

Em minha discussão, à luz desse texto, buscarei reiterar como a empiria da tese reforça que não há como pensar que dado sentido de escola democrática, pensado para contextos da prática distintos, em recortes de tempo distintos, pode ser, de forma essencializada, pensado para toda e qualquer escola, para todo e qualquer contexto de espaço-tempo – inclusive, há de haver a compreensão que, mesmo um sentido de escola democrática hegemônico em uma instituição de ensino, esse mesmo sentido será interpelado e desestruturado, movido pela força das práticas do social -observação corriqueira nas análises da empiria da tese-.

Em suma, aponto algumas questões para fomento de uma discussão, a partir desse texto e subsidiado pelas análises da tese, a saber:

- a. Certos sentidos de escola democrática são democráticos para quem? Quem e o que fica de fora dessas lógicas de equivalência e de diferença? “O que esperar de uma visita a uma escola dita democrática?” (APPLE, 1997, p. 20).
- b. Como as escolas acessas pela pesquisa se reconfiguram na perspectiva do buscar ser democrática?
- c. Quais os sentidos de currículo e docência investidos pelas escolas em estudo, em meio às múltiplas demandas por parte de grupos sociais diversos, no contexto contemporâneo?

Referências

KOHAN, Walter Omar. **Entre nós, em defesa de uma escola**. ETD- Educação Temática Digital

Campinas, SP v.19 n.4 p. 590-606 out./dez. 2017

LARROSA, Jorge. **Elogio da Escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOPES, Alice Casimiro. **Democracia nas políticas de currículo**. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa v.42 n.147 p.700-715 set./dez. 2012.

LOPES, Alice Casimiro. **Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo**. In: MENDONÇA, Daniel & RODRIGUES, Bianca. Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeios, 2017.

LOPES, Alice Casimiro. **Sobre a decisão política em terreno indecível**. In: LOPES & SISCAR, Pensando a política com Derrida. São Paulo: Editora Cortez, 2018. P. 83-116.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola** – uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica. 2013. 176p.

MENDONÇA, Daniel de. **Antagonismo como identificação política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 205-228

VEIGA-NETO, A. **É preciso ir aos porões**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50. Maio-ago. 2012.